

Ministro prevê “cortes duros” no Orçamento

GERALDA FERNANDES

Os números finais para os cortes no orçamento do governo serão definidos no decorrer desta semana, mas o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, avisa que a reprogramação orçamentária “será mais dura” do que se previa na área econômica. O ministro ressaltou que não há mais “gordura” a ser eliminada e que será cortado “o essencial do essencial”. A hierarquização dos cortes será decidida pelos ministros, após conclusão do quanto será reduzido em cada pasta, em uma reunião com Fernando Henrique. Na próxima quarta-feira, o ministro visita oficialmente o presidente da Câmara e líderes dos partidos na Casa para falar sobre a necessidade de cortes, pedir apoio aos projetos do governo e para o estabelecimento de um pacto nacional de combate à inflação.

“Não sou técnico nem economista. Tenho experiência, sou político e tenho o papel de criar condições para que o País possa dar o passo que precisa”, disse o ministro, que recebeu do presidente Itamar Franco, na tarde de ontem, palavras de incentivo. “Ele disse ter mais fé em mim do que eu próprio”, contou Fernando Henrique. Ele reafirmou que os cortes de US\$ 2 bilhões no orçamento não serão suficientes para garantir o pagamento dos 85% do reajuste concedido aos funcionários públicos civis e militares. Disse ainda que os cortes serão para ajustar o orçamento ao dinheiro disponível do Tesouro Nacional.

Além da decisão quanto aos números, a área econômica trabalha na definição de que tipo de verbas poderão ser cortadas. “Ninguém gosta de cortar, corta porque é necessário. Os recursos não dão para fazer tudo que tem de ser feito, mas vamos preservar programas de criação de emprego e áreas vitais de projetos sociais e também os investimentos nos setores de transporte e saúde”, disse o ministro, lembrando que a área de educação não sofrerá cortes, pois dispõe de verbas próprias. E ressaltou ser primordial evitar uma política de recessão “para que o povo não perca a esperança”.

Fernando Henrique argumentou que de nada adianta um plano de governo sem a sustentação da sociedade e dos políticos e que a política adotada não pode tolher o crescimento. “O Brasil tem jeito, mas primeiro cada um de nós precisa ter jeito também”, disse, enfatizando a necessidade de que todos se unam. “Uma andorinha só não faz verão”, versou o ministro. Fernando Henrique foi o primeiro ministro a ser recebido pelo presidente Itamar Franco após a viagem à Argentina e Uruguai. “Encontrei o presidente satisfeito com o peso, o papel e a grande torcida que o País tem lá fora”, afirmou.

Rolagem das dívidas deverá ser afetada

Rio — O corte no orçamento da União pode acelerar o programa de descentralização de serviços públicos e a mudança nas relações do governo com os bancos estaduais. O assessor informal do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e presidente da comissão diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND), André Franco Montoro Filho, considera essas duas medidas, ao lado das privatizações, essenciais para a estabilização da economia e para o reforço de caixa da União, independente de uma reforma fiscal mais profunda a partir da revisão constitucional.

Segundo Montoro Filho, os estados e municípios hoje têm uma arrecadação superior à da União e podem perfeitamente assumir para si alguns dos programas sociais do governo, como saúde e educação, “até com mais eficiência”. Com isso, o Estado, afirma ele, ficaria responsável pelas diretrizes desses setores em sintonia com governadores e prefeitos, mas sem a existência de repasse de recursos.

Quanto aos bancos estaduais, disse, “a relação não pode ser mais a do paternalismo”. Os demais membros da equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso têm a mesma opinião e são contra a rolagem permanente das dívidas desses bancos junto à União, o que ocorre com frequência em função de acordos políticos, uma vez que estes bancos são geridos, em última instância, pelos governadores.